



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

ANEXO II - CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. Este **Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (CEE)** compreende um conjunto de discriminações técnicas, critérios, condições e procedimentos estabelecidos pelo Contratante (**Polícia Federal – PF**) para a contratação, execução, fiscalização e controle de serviços para a **Manutenção Predial Corretiva, Preventiva e Preditiva** conforme objeto desta contratação.

1.2. O modelo de contrato a ser firmado com a vencedora do certame licitatório será do tipo “**Acordo por Nível de Serviço-ANS**”, ou seja, será utilizado um **IMR (Índice de Medição de Resultados)**, conforme estabelecido no Termo de Referência (como nos anexos).

2. GENERALIDADES

2.1. Para efeito das presentes especificações:

- o termo **CONTRATADA** define o proponente vencedor do certame licitatório, a quem for adjudicado o objeto;
- o termo **FISCALIZAÇÃO** define a equipe que representa a Polícia Federal perante a CONTRATADA e a quem esta última deverá reportar-se;
- o termo **CONTRATANTE** define a Polícia Federal;

2.2. Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar todos os documentos do edital, sendo **recomendada** a vistoria do local de prestação dos serviços, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, **as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.**

2.3. Os agendamentos para as vistorias devem ser realizados através dos contatos identificados no corpo do TR, em seção específica que trata da vistoria.

2.4. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações técnicas ora fornecidas não poderão constituir pretexto para a CONTRATADA pleitear acréscimo de custos unitários e/ou alterar a composição deles.

2.5. Considera-se que a CONTRATADA dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais, operacionais e administrativos e dos meios de produção necessários, suficientes e adequados à execução dos serviços para a realização do objeto, os quais deverá mobilizar e empregar com eficiência e eficácia no cumprimento do Contrato que celebrar. Não caberá qualquer pleito de alteração dos valores contratados pela substituição de métodos e meios de produção incompatíveis com o conjunto dos serviços a realizar nas quantidades, prazos e qualidade requeridos.

2.6. A CONTRATADA **fornecerá as máquinas, os equipamentos, as ferramentas, os materiais, a mão de obra (inclusive os encargos sociais), os insumos, todos os tipos de transporte e tudo mais que for necessário para a execução dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários.**

2.7. Os custos relativos a esses itens deverão estar embutidos nos respectivos custos unitários ou no BDI.

2.8. Também serão de responsabilidade da CONTRATADA **todos os tributos, emolumentos, alvarás e demais encargos necessários à execução dos serviços.**

2.9. As composições de custos unitários elaboradas pela CONTRATANTE são instrumentos para a elaboração do orçamento estimativo. **Cada licitante deve elaborar suas próprias composições de custos incluindo todos os materiais, equipamentos e mão de obra que entenderem necessários para a conclusão dos serviços de acordo com as especificações técnicas.**

2.10. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer, rigorosamente:

- Às normas e especificações constantes deste caderno;
- Às normas da ABNT;
- Às disposições legais da União;
- Aos regulamentos das empresas concessionárias;
- Às prescrições e recomendações dos fabricantes;
- Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- Às práticas SEAP – Projetos, execução e manutenção.

2.11. A CONTRATADA deverá elaborar estratégias sustentáveis seguindo os manuais e recomendações do CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável), bem como a legislação específica vigente, em especial a Lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a IN nº 1 – SLTI/MPOG, de 2010, que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de obras pela administração pública federal e o Decreto nº 7.746, de 2012, que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666, de 1993, e estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal.

2.12. A CONTRATADA deve observar, ainda, a Gestão dos Resíduos Sólidos, conforme estabelece a Resolução do CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, bem como os artigos 46, 49 e 60 e demais dispositivos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

2.13. A análise, pela FISCALIZAÇÃO, dos materiais e sistemas aplicados nos serviços será rigorosa quanto aos critérios de eficiência energética, redução de impactos ambientais e sustentabilidade.

2.14. Deverão ser utilizados materiais e tecnologias de baixo impacto ambiental, que promovam a conservação e o uso racional da água, a eficiência energética e a especificação de produtos com certificação ambiental, sempre que possível, e que os custos sejam compatíveis com o praticado no mercado.

2.15. Todos os materiais, componentes e equipamentos fornecidos pela CONTRATADA, que serão empregados nos serviços, deverão ser novos – sem utilização anterior – e possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante.

2.16. A substituição de materiais, peças, componentes e equipamentos especificados por outros equivalentes técnicos pressupõe, para que seja autorizada, que o item substituto possua, comprovadamente, equivalência em qualidade, resistência, desempenho e aspecto, dentre outros.

2.17. A equivalência técnica de material, peça, componente ou equipamento indicada é em relação ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de funcionalidade e de ergonomia.

2.18. **A equivalência será avaliada pela FISCALIZAÇÃO**, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação do material proposto pela CONTRATADA, juntamente com laudos técnicos do material ou produto, laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios autorizados pelo INMETRO, com ônus para a CONTRATADA.

- 2.19. No caso de não haver indicação de marca como padrão de referência, deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos materiais instalados nas edificações da CONTRATANTE. Em não havendo mais no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável) será admitida substituição por similar ou superior em qualidade.
- 2.20. Os materiais aplicados pela CONTRATADA, sempre que possível, deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.
- 2.21. Os materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, devendo a CONTRATADA providenciar para estas áreas, se for o caso, os dispositivos de proteção contra incêndios determinados pelos órgãos competentes.
- 2.22. A CONTRATADA deverá considerar todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados.
- 2.23. **No caso em que a CONTRATADA venha a, como resultado das suas operações, danificar áreas não incluídas no setor de seu trabalho ou, mesmo, prejudicar o funcionamento ou operação das demais unidades dos prédios, ela deverá recuperá-las, às suas expensas, deixando-as conforme seu estado original.**
- 2.24. **Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de danos causados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo responsabilidade solidária ou subsidiária por parte da CONTRATANTE.**
- 2.25. A CONTRATADA cuidará para que o estoque e transporte de todo o material, equipamentos e entulho sejam feitos sem causar danos ou interrupções nas áreas comuns do prédio. A movimentação e o estoque deverão ser previamente avaliados a fim de compatibilizar as solicitações com os meios de acesso disponíveis. Todas essas atividades deverão estar compatíveis com o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos-PGRS a ser elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.
- 2.26. A CONTRATADA será responsável, nas áreas em que estiver executando os serviços, pela proteção de toda a propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, adutoras, telefone, fibra ótica, dutos de água, esgoto e drenagem pluvial e outros serviços de utilidade pública, nas áreas da CONTRATANTE e adjacentes, devendo corrigir imediatamente, às suas expensas, quaisquer avarias que nelas provocar, deixando-as conforme seu estado original.
- 2.27. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução dos serviços contratados, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação dos demais serviços em execução até sua definitiva aceitação.
- 2.28. As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais e estaduais/distritais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas, por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de culpa nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.
- 2.29. A equipe técnica da CONTRATADA responsável pelos serviços deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços. **A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar, justificadamente, a substituição de membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos ou que tal profissional não tenha tido comportamento adequado ou desempenho técnico esperado no desenvolvimento dos serviços.**
- 2.30. Os representantes da FISCALIZAÇÃO e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso aos locais dos serviços, ao almoxarifado e a todas as áreas onde estejam sendo estocados e/ou montados/fabricados materiais, peças, componentes e equipamentos relativos à execução dos serviços contratados.
- 2.31. A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:

- i. Assim estiver previsto e determinado no Contrato;

ii. For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos de Contrato e de acordo com as especificações técnicas;

iii. Houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos;

iv. Houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da FISCALIZAÇÃO, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes; e

v. A FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar formalmente.

2.32. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fornecedores, técnicos, subempreiteiros, entre outros.

3. SERVIÇOS ORDINÁRIOS

3.1. Obrigações Gerais:

3.1.1. Manutenção preventiva, preditiva e corretiva de todos os sistemas previstos;

3.1.2. Elaboração de Planos de Manutenção e Relatórios periódicos de Acompanhamento e Planejamento;

3.1.3. Cadastro de instalações e equipamentos e rotinas;

3.1.4. Acompanhamento e suporte à Fiscalização para a execução dos serviços terceirizados;

3.1.5. Coordenação de atividades de apoio integradas às rotinas de manutenção corretiva, preditiva, preventiva e de melhoria de eficiência energética;

3.1.6. Operação dos sistemas que couberem aos edifícios da Contratante, sejam sistemas elétricos (equipamentos, energia comercial, rede fotovoltaica e redes estabilizadas), instalações hidrossanitárias e de águas pluviais, ar condicionado, sistema de prevenção e combate a Incêndio envolvendo bombas motores, CFTV, automação, controle de acesso, grupo geradores e quadros elétricos;

3.1.7. Estudos e pareceres sobre a condição operacional dos equipamentos e sistemas instalados;

3.1.8. Adequações, realocações e instalações de pequeno porte, por exemplo, instalação e realocação de divisórias, pontos elétricos e de rede, aparelhos de ar condicionado, luminárias, etc;

3.1.9. Fornecimento de mão-de-obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo, na totalidade dos sistemas descritos, e de acordo com:

a) Normas Técnicas aplicáveis aos serviços;

b) Orientação técnica dos fabricantes, de modo a preservar a vida útil e desempenho dos equipamentos e garantia legal se existir;

c) Otimização do consumo.

3.1.10. Atuar tempestivamente nas demandas preventivas e corretivas.

3.1.11. Os serviços que extrapolarem a capacidade técnica da Contratada, serviços de natureza exclusiva de atendimento por fabricante ou autorizado, poderão ser subcontratados. Todas as subcontratações deverão ser previamente aprovadas pela fiscalização.

3.1.12. A Contratada deverá a critério da fiscalização executar serviços que compreendam adequações, adaptações, realocações de equipamentos e reforço de instalações nos casos que o serviço seja de pequena monta e dentro das capacidades técnicas solicitadas neste documento. Neste caso, os custos com serviços que excederem as previsões para a equipe permanente serão totalizados e comporão uma parcela de pagamento junto a fatura. Todo o procedimento precisará ser orçado e aprovado pela fiscalização previamente.

3.1.13. Os Edifícios a serem mantidos estão descritos no “ANEXO I - DESCRIÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS”.

3.1.14. A omissão na descrição de quaisquer partes ou equipamentos existentes, ou a substituição/alteração de suas características no decorrer do contrato, não exime a Contratada da prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico com relação às partes omitidas/substituídas/alteradas,

desde que estas sejam integrantes dos sistemas mantidos.

3.1.15. Como existem edifícios em processo de ativação, reforma e ampliação a quantidade de postos de trabalho serão ajustadas conforme as necessidades, dentro do limite máximo previamente estabelecido.

3.2. Forma de Prestação dos Serviços

3.2.1. Os serviços ordinários de Manutenção Preventiva e Corretiva serão realizados de acordo com o "ANEXO III - Rotinas de Execução dos Serviços de Manutenção".

3.2.2. Os equipamentos, aparelhos e ferramental constantes da relação exemplificativa inserida no "ANEXO V – Equipamentos, Instrumentos e Ferramental Básicos" serão disponibilizados pela Contratada tanto na prestação dos serviços ordinários quanto dos serviços especializados.

3.2.3. A lista constante no "ANEXO V – Equipamentos, Instrumentos e Ferramental Básicos" não é exaustiva. A Contratada estará obrigada a disponibilizar quaisquer outros equipamentos, instrumentos e ferramental básicos que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto deste Projeto Básico.

3.2.4. Os custos de imobilização, depreciação, etc. referentes aos equipamentos, instrumentos e ferramental básicos comporão uma parcela de valor fixo a ser pago mensalmente à Contratada.

3.2.5. Os serviços ordinários de Manutenção Preventiva e Corretiva devem sempre ser registrados por meio de Ordens de Serviço, utilizando-se a Plataforma de Monitoramento e Manutenção, bem como os resultados alcançados. Conforme diretriz posta no Anexo de serviços especializados.

3.2.6. As Ordens de Serviços serão emitidas por meio da Plataforma de Monitoramento e Manutenção conforme fluxograma e demais orientações desta especificação.

3.2.7. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a Contratante, e que não tenham sido autorizados por meio de Ordem de Serviço, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à Contratada qualquer alegação em contrário.

3.2.8. Durante o prazo de garantia, a Contratada ficará obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços objeto deste documento, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a Contratante.

3.2.9. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto no subitem.

3.2.10. Os serviços objeto do contrato deverão, sempre que possível, serem realizados durante o horário normal de expediente da Edificação, desde que não venham a prejudicar o funcionamento normal da mesma. Para a execução de serviços que possam prejudicar o bom funcionamento da Edificação e causar incômodo em demasia aos ocupantes da mesma, poderão/deverão serem realizados fora de horário comercial (segunda a sexta-feira de 7h às 21h), com a autorização prévia da Fiscalização.

3.2.11. Em casos emergenciais ou urgentes, a empresa Contratada deverá iniciar o atendimento do chamado para manutenção corretiva em um prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da hora de recebimento da solicitação.

3.2.12. A Contratada obrigará-se ao cumprimento de Instrumento de Medição de Resultado, conforme indicadores, sujeitando-se às sanções financeiras por metas não atingidas.

3.2.13. Serviços de transporte de peças, materiais, pessoal e/ou equipamentos, sejam elas entre as dependências do complexo da Polícia Federal ou entre o complexo e ambientes externos, são responsabilidade da Contratada e estão inclusos na estimativa de custos indiretos nas composições de preço. Estão excluídos deste transporte a carga, descarga e movimentação de equipamentos que necessitem de caminhão ou outra forma de equipamento ou meio de transporte.

3.2.14. A Contratada assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, responsabilizando-se também pelos danos decorrentes da má execução desses trabalhos.

3.2.15. A realização pela Contratada de qualquer elemento ou seção de serviços implicará a tácita aceitação e ratificação por parte dela, dos materiais, processos e dispositivos adotados e preconizados para o elemento ou seção de serviço executado.

3.3. Procedimentos Iniciais

3.3.1. A contratada irá submeter ficha cadastral para cada empregado, para que a fiscalização submeta a análise do SIP ou DIP.

3.3.2. A Contratada executará um levantamento inicial dos sistemas que estarão sob sua supervisão atualizando e complementado as informações descritas no “ANEXO I – DESCRIÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS”, bem como as rotinas de manutenção do “ANEXO III – Rotinas de Execução dos Serviços de Manutenção”.

3.3.3. Todas as informações deverão ser carregadas na Plataforma de Monitoramento e Manutenção.

3.3.4. Deverá ainda, nos primeiros 60 dias de contrato, ser elaborado Laudo geral do estado das edificações indicando seu estado de conservação e funcionamento. Em especial, deve ser verificada a adequação as normas técnicas vigentes dos Sistemas de Proteção e Descargas Atmosféricas e dos Sistemas de Alarme, Detecção e Combate a Incêndio. O laudo deve conter também avaliação sobre o estado estrutural das edificações. Deverá ser elaborado um laudo por edificação do complexo da Polícia Federal.

3.3.5. Deverá ser apresentado, nos primeiros 60 dias de trabalho, o Plano de Manutenção Preventiva, contendo o planejamento dos serviços preventivos que serão executados pelos 12 meses subsequentes, com a devida aprovação da FISCALIZAÇÃO.

3.3.6. O Plano de Manutenção Preventiva deve ser cumprido, cabendo a CONTRATADA elaborar Relatórios Periódicos apresentando a evolução entre Executado e o Planejado, cabendo sempre que necessário a atualização do Plano de Manutenção Preventiva.

3.3.7. O Plano de Manutenção e os Relatórios Situacionais deverão estar sempre atualizados e à disposição da FISCALIZAÇÃO, com exceção dos primeiros 60 dias contratuais que será o prazo fornecido para que a empresa elabore a primeira versão dos documentos.

3.4. Orientações para preenchimento das planilhas de proposta

3.4.1. Para a correta avaliação das propostas os competidores deverão preencher as tabelas e planilhas que comporão o valor da contratação conforme modelos apresentados no Termo de Referência a ser elaborado.

3.4.2. Na apresentação da proposta, a licitante deverá especificar os valores de BDI utilizado na sua composição de orçamento estimado. O BDI máximo aceitável para o item 01 é de 24,92% para serviços, sendo que o BDI máximo aceitável para composição dos equipamentos básicos (presente no item 01 do Edital) é de 16,32%.

3.4.3. A licitante deverá consignar o valor unitário de cada item e o valor global do lote expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, incluindo fretes, tributos, encargos sociais, etc.

3.4.4. Para efeito de avaliação e comparação das propostas, bem como para lances, será considerado o valor anual global máximo.

3.4.5. O julgamento das propostas utilizará o critério do menor preço global, sendo que os valores unitários propostos não podem ultrapassar o valor máximo estimado para cada item e para as composições.

3.4.6. Será desclassificada a proposta vencedora com valores superiores aos preços máximos fixados no termo de referência, inclusive para cada item ou composição individualmente, ou que apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado.

3.4.7. Na apresentação da proposta, a licitante deverá apresentar o **percentual de desconto linear sobre a planilha de insumos e SINAPI**.

4. MÃO DE OBRA

4.1. Os profissionais da CONTRATADA encarregados de realizar os serviços objeto da

contratação deverão ser experientes e especializados em cada área de atuação.

4.2. Esclarece-se que, na composição dos custos unitários, foram considerados preços obtidos em Convenções Coletivas de Trabalho e/ou na Tabela SINAPI, conforme especificado no ANEXO IX – Equipe Técnica Permanente de Execução dos Serviços Ordinários.

4.3. Os profissionais destacados para a execução dos trabalhos deverão ser especializados nas tarefas a eles destinadas e com experiência comprovada. Assim, serviços de manutenção em eletricidade deverão ser executados por eletrotécnicos ou eletricitas, serviços hidrossanitários por técnicos ou bombeiros hidráulicos (encanadores) e assim sucessivamente. Não serão admitidos profissionais sem a qualificação exigida.

4.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar e manter nas dependências da CONTRATANTE, toda a mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência, com observância dos subitens seguintes.

4.4.1. A CONTRATADA manterá de forma fixa um posto de Encarregado nas dependências do Comando de Aviação Operacional - CAOP/CGAP/DIREX/PF.

4.4.2. Os demais postos de trabalho, que estarão alocados nas dependências do complexo da Polícia Federal no Setor Policial Sul, se deslocarão para as instalações do Comando de Aviação Operacional - CAOP/CGAP/DIREX/PF, quando necessários para execução de serviços nesse local.

4.4.3. Eventuais deslocamentos de mão de obra necessários para execução de serviços nas instalações do Comando de Aviação Operacional - CAOP/CGAP/DIREX/PF ficarão a cargo da CONTRATADA, que deverá comunicar a fiscalização sobre os postos que estão atuando nesse local, bem como sua duração.

4.4.4. A instalação do Comando de Aviação Operacional - CAOP/CGAP/DIREX/PF fica localizada no Aeroporto Internacional de Brasília, aproximadamente 7,5 km de distância do complexo da Polícia Federal no Setor Policial Sul.

4.5. A formação e atribuições dos profissionais, bem como quantitativos mínimos e máximos para a equipe técnica, encontram-se descritos no “ANEXO IX – Equipe Técnica Permanente de Execução dos Serviços Ordinários”.

4.6. A distribuição dos profissionais nas diferentes instalações da Contratante será feita de acordo com a demanda de trabalho, rotina de serviços, tamanho e complexidade da instalação. Os funcionários deverão prestar serviços em qualquer unidade onde exista demanda.

4.7. A escala comum de trabalho será estabelecida pela Fiscalização, em comum acordo com a Contratada, podendo acontecer no período das 7h (sete horas) às 19h (dezenove horas), sendo concedido o intervalo de, no mínimo, 1 (uma) hora para o almoço.

4.8. No período de trabalho acertado, os postos profissionais terão dedicação exclusivas às atividades deste lote.

4.9. Deverá ser realizada escala de trabalho entre os eletricitas, de forma que haja dois plantonistas no turno do dia e dois plantonistas no turno da noite, de segunda a segunda. Estes profissionais devem estar aptos a executarem as atividades pertinentes a sua habilitação bem como ligar/desligar máquinas, abrir e fechar válvulas/registros e atuar nas condições urgência e emergência que ocorram dentro ou fora do horário comercial.

4.10. Os eletricitas plantonistas permanecerão no Edifício da DITEC e DTI, podendo, em caso de necessidade, serem deslocados para os demais locais atendidos.

4.11. As atividades a serem desenvolvidas em áreas energizadas deverão contar com profissionais devidamente qualificados para os diversos níveis de tensão exigidos. Caso a fiscalização constate o descumprimento desta determinação isso se constituirá em falta grave podendo ensejar, inclusive a rescisão contratual.

4.12. Os demais profissionais necessários à realização dos serviços, e aqui se incluem os eventuais e emergenciais, deverão ser disponibilizados pela Contratada, na medida das solicitações feitas.

4.13. A CONTRATADA deverá instalar, no local de prestação dos serviços, equipamento de controle de frequência (ponto) na forma da legislação vigente. Os profissionais deverão fazer o registro de entrada e saída por meio desse equipamento.

4.14. O preposto deverá exercer o controle dos registros de ponto eletrônico dos funcionários da Contratada, acompanhando seu registro apresentando, a qualquer momento que solicitado, os relatórios de registro de frequência, mesmo que mês corrente não tenha se findado.

UNIFORMES, EPI, FERRAMENTAL, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E EXAMES

4.15. A CONTRATADA deverá providenciar para que todos os seus profissionais se apresentem na PF trajando uniformes que se constituem em camisa/casaco/jaleco com emblema da empresa, calça jeans e bota de couro cano curto com solado de borracha.

4.16. Alternativamente, o jaleco poderá ser substituído por camisa gola polo, desde que não entre em choque com o quesito segurança do trabalho.

4.17. Além de uniformes, estão incluídos no custo horário da mão de obra todos os demais custos considerados como encargos complementares, conforme definido no Sinapi e a seguir discriminados:

- os principais EPI's como capacetes, óculos contra impacto, luvas de raspa de couro, protetor auricular, entre outros;
- o ferramental utilizado por cada tipo de profissional;
- a alimentação e o transporte, com base no SINAPI da região;
- exames admissionais e demissionais, conforme exigido em legislação específica;
- seguro de vida em grupo e cursos de capacitação, de acordo com a respectiva categoria profissional.

4.18. Em síntese, o custo horário da mão de obra estimado pela PF em seu orçamento estimativo já considera incluídos todos os custos relativos aos encargos complementares acima descritos. Dessa forma, as LICITANTES deverão apresentar sua proposta com base em igual metodologia, não cabendo à futura CONTRATADA nenhum pleito financeiro relativo a tais itens.

4.19. Em relação aos uniformes e EPI's específicos para os técnicos habilitados para atuar na manutenção preventiva e corretiva das subestações (média tensão), seus custos estão incluídos nos respectivos serviços constantes da planilha orçamentária.

4.20. Na composição de custos dos profissionais requeridos foi considerado adicional de 30%, referente à periculosidade.

4.21.

4.22. REQUISITOS DOS PROFISSIONAIS

4.23. A CONTRATADA deverá submeter à aprovação formal da FISCALIZAÇÃO a indicação, como responsável técnico pelos serviços a serem realizados, de um dos engenheiros detentores dos atestados que deram suporte à fase de habilitação.

4.24. O engenheiro e/ou arquiteto também será o preposto, ou seja, a pessoa que irá representar a CONTRATADA perante a Polícia Federal. Ele será o contato que receberá as demandas por manutenção corretiva e por serviços eventuais e deverá acionar a equipe da CONTRATADA para atuar dentro dos limites de prazo estabelecidos neste CEE *Será aceita a substituição do profissional por outro com experiência equivalente ou superior.*

4.25. As qualificações profissionais mínimas do preposto e demais profissionais está descrita no "ANEXO IX - Equipe Técnica Permanente de Execução dos Serviços Ordinários".

HORAS EXTRAS E BANCO DE HORAS

4.26. A presente contratação na planilha de formação do preço de mão-de-obra possui valores previstos para as necessidades de horas extras. Também existe a previsão do uso de banco de horas. A opção entre o pagamento de horas extras e banco de horas caberá à fiscalização.

4.27. O uso do recurso de Banco de Horas será admitido no intuito de permitir a execução e supervisão de serviços fora dos horários estabelecidos, atendidas as seguintes condições:

- 4.27.1. Contar-se-á, para efeito de banco de horas, cada hora adicional trabalhada em dias de expediente como 1 hora, cada hora adicional trabalhada nos sábados como 1,5 hora, e cada hora adicional trabalhada nos domingos e feriados como 2 horas.
- 4.27.2. É vedado o uso do Banco de Horas para funcionários plantonistas.
- 4.27.3. O saldo máximo, positivo ou negativo, será de 20 (vinte) horas para cada funcionário.
- 4.27.4. Excedido o limite positivo não se computará qualquer hora adicional do funcionário.
- 4.27.5. Excedido o limite negativo ocorrerá a glosa do valor excedente.
- 4.27.6. Não haverá pagamento, por parte da Contratante, de saldo positivo remanescente no Banco de Horas ao final do Contrato. A contabilização de saldo será efetuada funcionário por funcionário, de forma independente.
- 4.27.7. Haverá glosa do saldo negativo remanescente no Banco de Horas ao final do Contrato. A contabilização de saldo será efetuada funcionário por funcionário, de forma independente.
- 4.27.8. O registro de horas adicionais de Banco de Horas deverá ser feito separadamente no sistema de registro de ponto (registro adicional de entrada e saída) e registrado no arquivo a ser entregue à Fiscalização.
- 4.27.9. O uso de Banco de Horas deverá ser registrado e entregue à Fiscalização.
- 4.27.10. Não serão computadas as horas que não forem registradas na forma aqui indicada.
- 4.27.11. Horas excedentes serão perdidas e horas faltantes serão tratadas como faltas.

5. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

- 5.1. Prestação de serviços especializados no monitoramento, operação e manutenção (preventiva e corretiva).
- 5.2. A prestação de serviços especializados será executado em regime de empreitada por preço unitário, faturados por medição, e o pagamento efetuado de acordo com o quantitativo efetivamente fornecido mensalmente, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pelo licitante quando da apresentação da sua proposta, acrescido do BDI (24,92%). Não restando para a Administração obrigação a executar ou pagar por toda a quantidade estimada.
- 5.3. Os Edifícios a serem mantidos estão descritos no “ANEXO I - DESCRIÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS”.
- 5.4. A omissão na descrição de quaisquer partes ou equipamentos existentes, ou a substituição/alteração de suas características no decorrer do contrato, não exime a Contratada da prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico com relação às partes omitidas/substituídas/alteradas, desde que estas sejam integrantes dos sistemas mantidos.
- 5.5. Demais informações sobre o item relacionado a serviços especializados encontram-se no "ANEXO IV - Serviços Especializados".
- 5.6. Salienta-se que os Serviços Especializados não poderão ser executados pelos profissionais elencados no "ANEXO IX – Equipe Técnica Permanente de Execução dos Serviços Ordinários", com exceção dos profissionais destinados ao acompanhamento e à gestão dos serviços.
- 5.6.1. Caso a Fiscalização verifique que o Serviço Especializado tenha sido executado pela Mão de Obra fixa do contrato, serão pagos apenas os insumos relativos ao serviço, tendo em vista que a Mão de Obra fixa é destinada para outros fins, que não Serviços Especializados.

6. PEÇAS E MATERIAIS (INSUMOS)

- 6.1. O fornecimento de insumos será executado em regime de empreitada por preço unitário, faturados por medição, e o pagamento efetuado de acordo com o quantitativo efetivamente fornecido mensalmente, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pelo licitante quando da apresentação da sua proposta, acrescido do BDI (cujo valor máximo é de 16,32%). Não restando para a Administração

obrigação a executar ou pagar por toda a quantidade estimada.

6.2. As peças e materiais discriminados no “ANEXO VI – Peças e Materiais (Insumos)” fazem parte de estimativa de peças e materiais a serem fornecidas pela Contratada. Essa lista serve para composição das propostas das licitantes.

6.3. A simples previsão do valor dos materiais indicados no “ANEXO VI – Peças e Materiais (Insumos)” não gera para a Contratada o direito de requerer qualquer pagamento a título indenizatório com base nos valores previstos. A expectativa de contratação de tais serviços será satisfeita na medida da necessidade apresentada pela administração, podendo inclusive alguns dos itens não serem solicitados.

6.4. Os materiais necessários ao reparo e manutenção, e que se encontrem listados na Tabela de Insumos - SINAPI, deverão ser fornecidos pela Contratada, cuja obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos relacionados com a colocação e/ou disponibilização no local, os quais serão medidos e pagos de acordo com o quantitativo autorizado efetivamente entregues a cada mês.

6.5. Quando do pagamento mensal dos materiais de consumo para manutenção, será aplicado o desconto ofertado pela empresa em sua proposta, acrescido do BDI ofertado para fornecimento de materiais, a ser composto considerando as alíquotas de Lucro, Custos Indiretos ofertados, e PIS e COFINS devidos conforme sua opção tributária, sendo vedado aos licitantes, fazer constar no cálculo do BDI dos Materiais de Consumo para Manutenção, valores referentes a ISS, visto as disposições contidas no art. 7º, § 2º, inciso I da LC 116/2003.

6.6. O recebimento, conferência e controle dos materiais de consumo para manutenção utilizados serão efetuados pela Fiscalização, para fins de atesto de faturas e pagamento por medição.

6.7. Caso a tabela SINAPI não compreenda a composição dos serviços, equipamentos e materiais necessários à execução da demanda, a Contratada deverá apresentar orçamento prévio, composto de, no mínimo, três propostas oriundas do local da execução dos serviços ou de suas proximidades, cujo valor MÍNIMO será adotado.

6.7.1. Caso algum material não esteja disponível no mercado local, deve ser detalhadamente justificado, possibilitando o aceite de orçamento diverso ao da localidade de execução do serviço.

6.7.2. Os orçamentos apresentados servirão como referência para o preço do fornecimento, podendo a contratada adquirir tal material em qualquer ponto comercial, tendo ciência que o valor ressarcido será o menor preço, dentre os valores da cotação e da fatura, acrescido do BDI de fornecimento de materiais.

6.7.3. Os preços utilizados nos orçamentos considerarão a data de efetiva prestação dos serviços.

6.7.4. Os materiais e serviços utilizados nos serviços realizados em caráter emergencial e que não estejam previstos na tabela SINAPI, deverão ser adquiridos conforme preço mínimo cotado pela fiscalização do contrato e a nota fiscal de compra deverá ser encaminhada juntamente com o relatório dos serviços.

6.8. Na eventualidade de necessidade de troca de peças e materiais não discriminados na tabela SINAPI, além da execução de serviços não previstos no escopo desta contratação, seu fornecimento será realizado pela Contratante. Nesse caso, a Contratada apresentará a necessidade da peça e/ou material e serviços não listados.

6.9. O fornecimento de peças e/ou materiais somente serão realizados mediante emissão prévia de respectiva Ordem de Serviço (OS) pela Fiscalização e correspondente aprovação do orçamento da OS.

6.10. As Ordens de Serviços serão emitidas por meio da Plataforma de Monitoramento e Manutenção conforme fluxograma e demais orientações desta especificação.

6.11. A Contratada obrigar-se-á ao cumprimento de Instrumento de Medição de Resultado, conforme indicadores constantes no “ANEXO VIII – Instrumento de Medição de Resultado”, sujeitando-se às sanções financeiras por metas não atingidas.

6.12. A Contratada assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, responsabilizando-se também pelos danos decorrentes da má execução desses trabalhos.

6.13. Serviços de transporte de peças, materiais, pessoal e/ou equipamentos, sejam elas entre as

dependências do complexo da Polícia Federal ou entre o complexo e ambientes externos, são responsabilidade da Contratada e estão inclusos na estimativa de custos indiretos nas composições de preço. Estão excluídos deste transporte a carga, descarga e movimentação de equipamentos que necessitem de caminhão tipo munck.

6.14. Na realização de serviços de manutenção, pela contratada, em que seja necessária a substituição de peças e materiais constantes da instalação ou equipamento a ser reparado, as peças ou materiais substitutos deverão ter igual ou superior qualidade aos substituídos, devendo, ainda, respeitar os aspectos estilísticos e de aparência da instalação.

6.15. A realização pela Contratada de qualquer elemento ou seção de serviços implicará a tácita aceitação e ratificação por parte dela, dos materiais, processos e dispositivos adotados e preconizados para o elemento ou seção de serviço executado.

6.16. Demais informações sobre o item relacionado a peças e materiais (insumos) encontram-se no “ANEXO VI – Peças e Materiais (Insumos)”.

6.17. Eventuais deslocamentos de peças, materiais e ferramentas necessários para execução de serviços nas instalações do Comando de Aviação Operacional - CAOP/CGAP/DIREX/PF ficarão a cargo da CONTRATADA.

7. RELATÓRIOS

7.1. A Contratada deverá fornecer, mensalmente, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico, conferido e assinado pelo(s) Engenheiro(s) Responsável(is), sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:

7.1.1. Check-list das rotinas de manutenção preventiva e preditiva, com a data efetiva de realização de cada procedimento;

7.1.2. Descrição das manutenções corretivas realizadas, com indicação das pendências, quando houver, e as razões de sua existência;

7.1.3. Apresentação dos dados, na forma de gráfico e tabelas, das medições realizadas nos sistemas e equipamentos da Contratada, inclusive com a apresentação de gráficos comparativos com meses anteriores;

7.1.4. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços incluindo faltas de energia, performance dos equipamentos, etc;

7.1.5. Planilha de peças e materiais substituídos por defeitos ou desgaste.

7.1.6. Cópia das fichas histórico dos equipamentos que sofreram manutenção corretiva no período;

7.1.7. Sugestões sobre reparos preventivos e modernizações cuja necessidade tenha sido constatada acompanhadas de parecer sobre o estado geral da instalação, assinadas pelo(s) responsável(is) técnico(s).

7.1.8. Este relatório não se confunde com os Relatórios Gerenciais que serão elaborados para o efetivo acompanhamento do planejamento do contrato.

7.1.9. Serviços, materiais e deslocamentos realizados nas instalações do Comando de Aviação Operacional - CAOP/CGAP/DIREX/PF.

7.2. As informações e relatórios devem estar organizadas e divididas por edificação atendida.

7.3. O relatório mensal referente ao último mês, término ou rescisão contratual, deverá ser elaborado, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término dos serviços, com a supervisão da Fiscalização, constando o detalhamento dos equipamentos e instalações, nos termos do relatório preliminar (primeiro mês), descrevendo as condições em que se encontram as instalações e equipamentos a serem repassados à sucessora findo o Contrato;

7.4. Sempre que solicitado, a Contratada deverá apresentar relatório complementar de atividades, independente do relatório mensal, bem como elaborar pareceres, laudos técnicos, avaliações, estudos de viabilidade técnica econômico sobre quaisquer instalações e equipamentos incluindo

necessidades de novas instalações;

7.5. A apresentação de todos os relatórios, pareceres, laudos, estudos, deverão ser encaminhados por meio do(s) responsável(eis) e ou corresponsável(eis) técnico(s) pelos serviços do objeto contratado;

7.6. No relatório mensal deverá constar os controles de frequência, registrados por meio de ponto eletrônico.

7.7. As atividades de supervisão e monitoramento, realizadas pelos técnicos de edificações, deverão constar no relatório mensal, com a presença de todas as ordens de serviço abertas por esse profissional, bem como registro fotográficos das atividades verificadas por ele.

7.8. Para elaboração de trabalhos técnicos cujo conhecimento técnico extrapole as condições da equipe ordinária ou da equipe especializada, a Contratada deverá utilizar-se do Apoio Técnico externo às suas expensas.

7.9. Por fim, a CONTRATADA deve fazer constar no relatório, tudo aquilo que é necessário para o bom andamento e avaliação do objeto do contrato, além do preenchimento dos servidores em férias, seja mão de obra Direta ou Indireta, incluindo os engenheiros substitutos.

7.10. Nos primeiros 60 dias de contrato, a CONTRATADA deverá elaborar os seguintes relatórios:

1. Relatório Situacional (RS) - esse relatório deverá conter análise Técnica sobre a situação de todas as edificações contidas no contrato, apresentando soluções para os problemas identificados.
2. Plano de Correção (PC) - esse plano deverá apresentar um planejamento para correção de todos os problemas identificados no relatório acima.
3. Plano de Manutenção Preventiva (PMP) - esse plano deverá conter todas as manutenções preventivas necessárias, juntamente com um cronograma para atendimento desse planejamento.

7.11. Os Planos e o Relatório descritos acima servirão de base para elaboração dos Relatórios Gerenciais (RG), os quais deverão ser apresentados semanalmente para a Fiscalização, contendo exemplificativamente:

1. Ordens de Serviço - abertas, finalizadas e em andamento.
2. Curva entre o Planejado e o Executado.
3. Planejamento de serviços para os próximos 15 dias.
4. Lista de materiais necessários para atendimento das Ordens de Serviço.
5. Custo mensal previsto e executado.
6. Dados sobre possíveis acidentes de trabalho
7. Outros dados que serão discutidos entre a Fiscalização e a equipe Gerencial da CONTRATADA.

7.12. Entende-se por Equipe Gerencial da CONTRATADA: os dois Engenheiros e o três Técnicos de Edificação, previstos no "ANEXO IX - Equipe Técnica Permanente de Execução dos Serviços Ordinários".

7.13. Em até 30 dias após o início do contrato deverá ser apresentada Anotação de Responsabilidade Técnica – ART para os serviços executados, conforme está consubstanciado na **Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977 que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de Serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia e dá outras providência.**

7.13.1. *"Art. 3º "A falta de ART sujeitará o profissional ou a empresa à multa prevista na alínea "a" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e demais cominações legais.*

7.14. Ainda nessa Seara, deve, a vencedora atender, inclusive, a Resolução do **CONFEA nº 425 de 18 de dezembro de 1998 que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e dá outras providências:**

7.14.1. *"Art. 2º, § 2º. A substituição, a qualquer tempo, de um ou mais responsáveis*

técnicos pelas obras ou serviços previstos no contrato, obrigará à nova ART vinculada à ART original".

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1. Em todas as etapas que serão formalmente analisadas e inscritas em registro de ocorrências, os serviços sofrerão inspeção minuciosa por equipe multidisciplinar da Contratante para constatar e relacionar os ajustes que se fizerem necessários. Em consequência desta verificação, deverão ser executados todos os serviços de revisão levantados. Tais inspeções serão executadas, quando pertinentes, em conjunto com o(s) responsável(is) técnico(s) da Contratada.

8.2. A entrega de cada Ordem de Serviço não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas, em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei 10.406 de 10/01/2002 – Código Civil).

8.3. Após o término na prestação dos serviços, e até o seu recebimento definitivo, a Contratada deverá fornecer toda a assistência técnica necessária à solução de eventuais dúvidas detectadas na vistoria final, bem como as surgidas nesse período, e solucionar as imperfeições detectadas, independente de sua responsabilidade civil. Deverá ser providenciado, pela Contratada, baixas da ART de todos os envolvidos, junto ao CREA em cuja jurisdição for exercida a atividade, entregando à Fiscalização toda a documentação referente a essas providências.